



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1848623 - SC (2019/0340849-5)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : DEODATO ZAMBON
ADVOGADO : MARIA ALICE CASTAGNARO - SC021132
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PENAL. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE. POSSE ILEGAL DE MUNIÇÃO DE USO RESTRITO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ART. 16, *CAPUT*, DA LEI N. 10.826/2003. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. POUCA MUNIÇÃO APREENDIDA (UM CARTUCHO CALIBRE .7,62). AUSÊNCIA DE ARTEFATO BÉLICO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICABILIDADE. ABSOLVIÇÃO QUE SE IMPÕE. Recurso especial provido nos termos do dispositivo.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **Deodato Zambon**, com fundamento na alínea c do permissivo constitucional, contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina na Apelação Criminal n. 0001429-96.2014.8.24.0218 (fls. 312/318):

APELAÇÃO CRIMINAL - POSSE DE MUNIÇÃO DE USO RESTRITO (ART. 16, *CAPUT*, DA LEI N. 10.826/2003)- SENTENÇA CONDENATÓRIA - RECURSO DEFENSIVO. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO - PRETENDIDA INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E, POR CONSEQUENTE, RECONHECIMENTO DA AUSÊNCIA DE TIPICIDADE MATERIAL DA CONDUTA - IMPOSSIBILIDADE - CRIME DE PERIGO ABSTRATO - LESÃO À SEGURANÇA PÚBLICA E À PAZ COLETIVA EXISTENTES, POR SI SÓS.

I - Os crimes previstos nos arts. 12, 14 e 16 da Lei n.10.826/2003 são delitos de perigo abstrato, que visam proteger bens jurídicos fundamentais -vida, patrimônio, integridade física, segurança e paz públicas -, já ofendidos pela própria posse dos objetos.

II - Para fins de condenação nos crimes previstos nos arts. 12, 14 e 16 da Lei n. 10.826/2006, é indiferente que o porte/posse se refira a um armamento isolado, uma só munição, ou vários deles. O simples fato do agente possuir qualquer um deles, irregularmente, por caracterizar um crime de mera conduta e de perigo abstrato, já impõe serem atos ofensivos, perigosos socialmente, com alta reprovabilidade e com lesividade que não podem ser desconsiderados, até porque o objetivo da norma não é a incolumidade pessoal, mas sim a segurança/paz coletiva que, invariavelmente, vê-se atingida com a que se diz "mero" ato de portar/possuir arma/munição de uso restrito.

RECURSO DESPROVIDO.

Na presente insurgência, é disposto que *há divergência de entendimento*

entre o que foi decidido pela 4ª Turma do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e no AI no REsp n. 1803900 proferido pela 6ª Turma do e. Superior Tribunal de Justiça, que confirmou a decisão monocrática, no tocante a interpretação do art. 16 da Lei n. 10.826/2003. [...] Isso porque o entendimento firmado é no sentido de que a conduta é atípica eis que ausente arma de fogo, o que fasto o perigo especialmente diante da ínfima quantidade de munição apreendida (fl. 337).

Pede o conhecimento e o provimento do recurso, visando à absolvição quanto ao crime previsto na Lei n. 10.826/2003.

Oferecidas contrarrazões (fls. 358/362), o recurso especial foi admitido na origem (fls. 364/370).

O Ministério Público Federal opina pelo desprovimento da insurgência (fls. 397/403):

RECURSO ESPECIAL. CRIME DE POSSE DE MUNIÇÃO DE USO PERMITIDO. CRIME DE PERIGO ABSTRATO. IRRELEVÂNCIA DA QUANTIDADE APREENDIDA. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. GRAVIDADE CONCRETA E PERICULOSIDADE DO AGENTE. RECORRENTE SUSPEITO DE UM HOMICÍDIO E UMA TENTATIVA DE HOMICÍDIO. PRECEDENTES DO STJ. PARECER PELO NÃO PROVIMENTO DO RECURSO.

É o relatório.

Busca o recorrente a sua absolvição, pelo crime de posse irregular de munição, ao argumento de que, a despeito da apreensão de 1 (uma) munição de uso restrito, consistente em cartucho calibre 7,62 x 51 mm, sua conduta delituosa é materialmente atípica, sendo a hipótese de aplicação do princípio da insignificância.

Extraem-se os seguintes fundamentos da sentença condenatória e do combatido aresto (fls. 263/264 e 317/318 – grifo nosso):

[...] incabível a absolvição do acusado, uma vez que a palavra uníssona dos policiais militares em sintonia com os demais elementos de prova, sobretudo pela confissão do acusado atestaram que **o agente foi flagrado na posse de munição calibre 7,62 X 51mm, cujo uso é proibido pelo Estatuto do Desarmamento (Lei n. 10.826/03).**

Ademais, não há como acolher a alegação do acusado de que recolheu a munição na rua para servir de souvenir, uma vez que tal armamento não estava exposto em sua residência, mas sim, guardada em um galpão ao lado da casa, conforme depoimentos dos policiais que efetivaram a apreensão.

Por fim, **a munição de calibre 7,62 X 51mm apreendida na posse do acusado, possui altíssimo poder de destruição e atestado eficiente para os fins a que se destina (laudo pericial - fls. 9 a 15), ofende o bem jurídico tutelado pela Lei n. 10.826/03 e reclama a repressão penal**, de modo que não há falar na incidência do princípio da insignificância, especialmente porque o acusado não fez prova de suas alegações.

[...] para fins de condenação no crime previsto no art. 16 da Lei n. 10.826/2003, o simples fato do agente portar/ ter em depósito/ manter sob guarda os instrumentos bélicos, irregularmente, por caracterizar um crime de mera conduta e de perigo abstrato, já impõe serem atos ofensivos, perigosos socialmente, com alta reprovabilidade e com lesividade que não podem ser desconsiderados, até porque, o objetivo da norma não é a incolumidade pessoal,

mas sim a segurança/paz coletiva que, invariavelmente, vê-se atingida com a que se diz "mero" ato de possui-los/ter em depósito/manter sob guarda/portá-los afora das prescrições.

Nesse ponto, **na esteira do entendimento consolidado pelos Tribunais pátrios, os crimes de perigo abstrato são os que prescindem de comprovação da existência de situação que tenha colocado em risco o bem jurídico tutelado, ou seja, não se exige a prova de perigo real, pois este é presumido pela norma, sendo suficiente a periculosidade da conduta, que é inerente à ação, de modo que as condutas punidas por meio dos delitos de perigo abstrato são as que perturbam não apenas a ordem pública, mas lesionam o direito à segurança, daí porque se justifica a presunção de ofensa ao bem jurídico.**

Em casos semelhantes, **o Superior de Justiça possui o entendimento de que, "sendo os delitos previstos nos arts. 12 e 16 da Lei n. 10.826/03 de perigo abstrato, inviável a aplicação do princípio da insignificância. [...]. In caso, embora a munição estivesse desacompanhada de arma de fogo, o fato de se tratar de munição de uso restrito e o contexto do flagrante, onde foram localizadas diversas outras munições de uso permitido demonstram a potencialidade lesiva da conduta, bem como a sua efetiva periculosidade, circunstâncias aptas a embasar a incidência do Direito Penal como forma de coibir a reiteração delitiva"** (EDcl no AgRg nos EDcl no AREsp1.122.758, Rel. Min. Jorge Mussi, j. 19.06.18).

Não destoa o entendimento desta Câmara tendo decidido em caso semelhante que a apreensão de munição, desacompanhada da arma de fogo por si só já caracteriza o delito previsto no art. 16 do Estatuto do Desarmamento, bem como "a aplicação do princípio da insignificância nos crimes de posse ou porte de munições de uso restrito é excepcional, ante a natureza do delito de perigo abstrato" (TJSC, ACr n. 0020304-04.2016.8.24.0038, rel. Des. Sidney Eloy Dalabrida, j. 02.08.2018).

Então, **pode ser um armamento isolado, uma só munição, ou vários deles. Isso é indiferente. O simples fato do agente possuir qualquer um deles, irregularmente, por caracterizar um crime de mera conduta e de perigo abstrato, já impõe serem atos ofensivos, perigosos socialmente, com alta reprovabilidade e com lesividade que não podem ser desconsiderados, até porque, conforme já exposto, o objetivo da norma não é a incolumidade pessoal, mas sim a segurança/paz coletiva que, invariavelmente, vê-se atingida com a que se diz "mero" ato de portar/possuir arma/munição de uso restrito.**

[...]

Com efeito, razão assiste ao recorrente, uma vez que *a apreensão de ínfima quantidade de munição, aliada à ausência de artefato apto ao disparo, implica o reconhecimento, no caso concreto, da incapacidade de se gerar de perigo à incolumidade pública* (AgInt no REsp n. 1.704.234/RS, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe 19/2/2018).

Ainda, registre-se que *a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal posicionou-se no sentido de desconsiderar a potencialidade lesiva na hipótese em que pouca munição é apreendida desacompanhada de arma de fogo* (RHC n. 143.449/MS, Ministro Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe 9/10/2017).

No mesmo sentido: AgRg no HC n. 439.593/MG, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 1º/2/2019.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao recurso especial para absolver o recorrente da imputação do crime previsto no art. 16, *caput*, da Lei n. 10.826/2003.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator